

Nº. 11/2017 ____ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E CINCO DE MAIO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE. _____

____No dia vinte e cinco de maio do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão e Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Matos Cunha, com a presença dos Senhores, Luís Fernando Andrade Moniz, José Pedro Carvalho de Macedo Ferreira Sena, José Manuel Leitão dos Santos, Silvestre Ivo Sá Machado, Leonel Agostinho Azevedo Rocha, Sofia Manuela Cadeias Machado Fernandes, Filipa Nunes Miranda da Cunha, Mário de Sousa Passos e Ana Rita Peliteiro Costa. _____

____Não esteve na reunião o Senhor Vereador Ricardo Jorge Costa Mendes, o qual comunicou atempadamente a impossibilidade de estar presente e solicitou a sua substituição. Nessa sequência, e dando cumprimento ao estabelecido no nº 2 do artigo 78º e do nº 1 do artigo 79º, da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi convocado o candidato imediatamente a seguir na respetiva lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP. _____

____O Senhor Vereador Cristiano Costa da Silva, eleito pelo Partido Socialista, por motivos profissionais, não esteve presente na reunião, tendo comunicado antecipadamente essa impossibilidade. _____

____O Executivo Municipal justificou as respetivas ausências. _____

____Eram dez horas e cinco minutos quando, pelo Senhor Presidente, foi declarada aberta a reunião. _____

INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO: _____

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, relativamente a uma proposta que os Senhores Vereadores do Partido Socialista apresentaram, há umas reuniões atrás, sobre a

N206 (acessos a Gavião e a Joane) comunicou que o Senhor Vereador José Santos teve uma reunião com a Infraestruturas de Portugal, passando-lhe a palavra. _____

O SENHOR VEREADOR JOSÉ SANTOS informou que a Infraestruturas de Portugal ficou de estudar uma solução para Gavião, tendo solicitado à Câmara que entrasse em contacto com o proprietário do terreno para saber se estaria na disposição de o ceder. A Infraestruturas de Portugal prontificou-se a colocar uma via para possibilitar a viragem à esquerda. _____

Relativamente a Joane, a Infraestruturas de Portugal apresentou uma solução do conhecimento da junta de freguesia: como existe uma rotunda, a cerca de 100 metros, no sentido Famalicão-Guimarães, a Infraestruturas de Portugal vai proibir virar à esquerda para Mato da Senra, obrigando os condutores a irem à rotunda e voltar para trás e virar para Giestais, por não ser possível o alargamento da via. _____

A Câmara Municipal juntamente com a junta de freguesia, e que nada tem a ver com a Infraestruturas de Portugal: quem desce Giestais, passa a haver proibição de virar à esquerda, com a colocação de sinais, na zona de S. Bento, junto à capela, e que liga a estrada anterior na viragem para a rotunda, de maneira a informar as pessoas que, em vez de virarem para Guimarães, poderão virar naquela zona, à esquerda, no Corte da Oliveira. O SENHOR VEREADOR IVO MACHADO pensa que pode ser resolvida a questão, mas que tal deveria ser um ensaio, pois não sabe se vai funcionar. Esclareceu que este problema é concelhio e que deveria estar a funcionar como deve, porque entre as 8h00 e as 9h00, há um problema a nível de trânsito. Com o Bolama e com o entroncamento que ali se criou, também se criou problemas de tráfego, devido aos pesados. _____

Sugeriu ao Senhor Vereador que houvesse uma conversa com a Infraestruturas de Portugal, para ver se estas mudanças vão funcionar. _____

-ASSUNTOS INSCRITOS NA AGENDA DE TRABALHOS E DELIBERAÇÕES
PROFERIDAS: _____

PRESIDÊNCIA: _____

1 - “APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 11 DE MAIO DE
2017” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Submetida a aprovação, a ata da Reunião de Câmara realizada no dia 11 de maio de
2017, cuja leitura foi dispensada em virtude dos seus textos terem sido previamente
distribuídos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros do órgão
executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação.” _____

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: _____

1 - “AUTORIZAÇÃO DE DESPESA 2017 - FORNECIMENTO DE ENERGIA
ELÉTRICA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS INCLUINDO AS
INSTALAÇÕES ESCOLARES DO PROGRAMA APROXIMAR” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Face ao desfecho que o procedimento de Concurso Público Internacional nº
07/16/DEEM teve, culminando com a não adjudicação, a Câmara Municipal, em sua
reunião de 09 de março de 2017 viu-se obrigada reabrir novo procedimento, que ainda se
encontra a decorrer, com o consequente e inevitável adiamento do processo de
contratação. _____

Em simultâneo, e com o objetivo de atenuar o impacto deste atraso, abriu dois
procedimentos de concurso públicos urgentes, pelo período de quatro meses, já
concluídos e com início a 28 de abril de 2017. _____

Com efeito, tratando-se de fornecimento de energia e de uso corrente, essencial ao funcionamento dos serviços e instalações municipais, todos os contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados com a EDP - Comercial, S.A., NIF 503 504 564, continuaram em vigor, até ao dia 28 de abril, data em que transitaram para os novos procedimentos, a saber: Concurso Público Urgente nº 01/17/DEEM (Edifícios Municipais) e Concurso Público Urgente nº 02/17/DEEM (Edifícios Escolares do Programa Aproximar). _____

Neste quadro, de forma a regularizar toda esta situação, propõe-se que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do artigo 109.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a Câmara Municipal, delibere: _____

1. Autorização de realizar a despesa relativa ao fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais e instalações do Programa Aproximar até 28 de abril de 2017, no montante global estimado de 290.000,00 EUR, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido pela seguinte forma: _____

a) Edifícios Municipais - 164.000,00 EUR. _____

b) Edifícios do Programa Aproximar - 126.000,00 EUR.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3445/2017, efetuados com base no cabimento 3208/2017.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

RECURSOS HUMANOS: _____

1 - “ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Após análise aos serviços municipais, com o objetivo de determinar se os trabalhadores em exercício de funções são em número insuficiente, suficiente ou excessivo, para prosseguir as atribuições e competências desses serviços, concluiu-se que o Município tem insuficiência de recursos humanos para ocupação de postos de trabalho, previstos e não ocupados no seu mapa de pessoal, tendo em conta o planeamento estratégico integrado definido para a nossa autarquia, na área de atividade de Física e Desportiva, nomeadamente, natação, e área de Fisioterapia. _____

Deste modo, torna-se premente promover o recrutamento dos postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, atendendo a que se tratam de atividades essenciais ao funcionamento dos serviços municipais a longo prazo, logo de natureza permanente, uma vez que são necessárias para garantir a operacionalização e o bom e regular funcionamento dos serviços municipais.

Considerando o disposto no n.º 1, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, tal recrutamento deve ser precedido de aprovação do órgão executivo. _____

Tratam-se de recrutamentos imprescindíveis para colmatar necessidades permanentes dos serviços municipais, que se prendem, na sua génese para a carreira e categoria de Técnico Superior com o desenvolvimento de funções de investigação, estudo, conceção e adaptação de métodos, processos científico-técnicos de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, centrando-se na análise e avaliação do

movimento e da postura, baseadas na estrutura e função do corpo, utilizando modalidades educativas, desportivas e terapêuticas específicas, com base, essencialmente, na organização de vários exercícios aquáticos de acordo com os princípios da motricidade humana, tendo por objetivo o desenvolvimento físico global de crianças, jovens e adultos, no movimento, nas terapias manipulativas e em meios físicos e naturais, com a finalidade de promoção do exercício físico, da saúde e prevenção da doença, da deficiência, de incapacidade e da inadaptação e de tratar, habilitar ou reabilitar indivíduos com disfunções de natureza física, mental, de desenvolvimento ou outras, com o objetivo de os ajudar a atingir a máxima funcionalidade e qualidade de vida. _____

Como tal, sem estes recrutamentos, o cumprimento das obrigações de serviço público a que o Município se encontra sujeito e o normal funcionamento dos serviços fica comprometido, devido à carência de recursos humanos para execução de tais atividades e tarefas, uma vez que não existem trabalhadores no mapa de pessoal do Município de Vila Nova de Famalicão, em número suficiente, que as possam assegurar (alínea a), do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro). Acresce, ainda, que sem o recrutamento destes recursos humanos o cumprimento da obrigação de prestar o serviço público pode estar comprometido, nomeadamente a continuidade dos projetos municipais. _____

Por outro lado, no processo de recrutamento a realizar no procedimento concursal, a ocupação dos postos de trabalho em causa iniciar-se-á sempre por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade. _____

Quanto à obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de requalificação ou mobilidade especial, previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2003, de 28 de novembro e regulamentada pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de

fevereiro, é entendimento do Governo que as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA) prevista naquela Portaria, conforme ponto 22 do Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), celebrado em 8 de julho de 2014. Além disso, também não está constituída nenhuma lista de pessoal em situação de requalificação na CIM do Ave nem aqui no Município de Vila Nova de Famalicão. _____

O Município encontra-se em cumprimento de todos os requisitos legais, bem como com os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro (alínea d), do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro). _____

A contratação efetiva dos postos de trabalho previstos apenas produzirá os seus no ano de 2018. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

Submeter à Assembleia Municipal para que esta autorize, nos termos do disposto do artigo 28.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de: _____

- (Vinte) trabalhadores, na carreira de Técnico Superior, para ocupação de 20 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2017, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições, competências e atividades para a área de Educação Física e Desportiva, nomeadamente, natação. _____

- (Cinco) trabalhadores, na carreira de Técnico Superior, para ocupação de 5 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2017, para exercerem as funções descritas relacionadas com as atribuições,

competências e atividades na área de Desporto, com experiência e ou formação profissional para público-alvo portador de deficiência. _____

- (Cinco) trabalhadores, na carreira de Técnico Superior, para ocupação de 5 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, aprovado para o ano de 2017, para exercerem as funções relacionadas com as atribuições, competências e atividades na área de Fisioterapia.” _____

DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS DEVIDOS EFEITOS.

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

SOLIDARIEDADE SOCIAL: _____

1 - “ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL MAIS VIDA IPSS” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“As preocupações sociais encontram-se profundamente presentes na comunidade e nas entidades e instituições, traduzindo-se em ações concretas e refletindo-se numa dinâmica cooperativa e colaborativa. _____

O Município considera o investimento na modernização da rede de equipamentos sociais uma dimensão estratégica de desenvolvimento local, contribuindo para fazer de Vila Nova de Famalicão um concelho mais coeso, justo e solidário. _____

Neste contexto, o apoio do Município à modernização da rede de equipamentos sociais assenta em dois princípios fundamentais: assegurar a cobertura ordenada do território concelhio por equipamentos sociais, de modo a corrigir as assimetrias ao nível da distribuição espacial de respostas sociais a nível local; valorizar o papel das instituições particulares de solidariedade social e outros agentes locais na promoção do desenvolvimento social. _____

A Associação para o Desenvolvimento Local Mais Vida IPSS, é uma organização do terceiro setor, com uma notável intervenção na freguesia em que se insere, assim como nas circundantes, e tem como principal objetivo a criação de valências de apoio à infância, juventude e terceira idade. _____

Dada a implementação do Plano de Ação e os compromissos assumidos para prosseguir com as atividades propostas, a Associação solicitou apoio financeiro do Município para auxílio na implementação do Plano e orçamento previsto para 2017. _____

Nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a atividades de natureza diversa e que se revistam de interesse para o Município. _____

Nos termos do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, a Câmara Municipal pode deliberar sobre formas de apoio a iniciativas e instituições que desenvolvam atividades de interesse municipal. _____

Termos em que tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere conceder à Associação para o Desenvolvimento Local Mais Vida IPSS, pessoa coletiva nº 506 028 470 o apoio financeiro no valor de 7.000,00 € (sete mil euros) como comparticipação das atividades previstas no Plano de Atividades; _____

2 - Que o apoio financeiro seja pago de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis, e a formalização do respetivo protocolo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta; _____

3 - Aprovar a minuta do protocolo em anexo ao processo; _____

4 - Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo de financiamento à instituição atrás mencionada.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3442/2017, efetuados com base no cabimento 3205/2017.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

CULTURA: _____

1 - “ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL SÃO TIAGO DE ANTAS” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Tendo em conta que as Festas Antoninas decorrem este ano de 9 a 13 de junho, mantendo-se como a maior festa e romaria do concelho de Vila Nova de Famalicão. ____

Dado que no âmbito da realização das tradicionais festas, compete à Fábrica da Igreja Paroquial de São Tiago de Antas providenciar o que diz respeito às festividades religiosas, organizando e orientando o culto dentro e fora da Capela de Santo António. _____

Na manhã do dia 13 de junho, a tradicional Eucaristia Solene em Honra de Santo António, seguida da bênção e distribuição do pão de Santo António, conta com a presença de um

grande número de fiéis que esgotam a Capela onde se venera este Santo, assim como o espaço e rua circundante à mesma. _____

Da parte da tarde, depois da oração do terço, tem lugar a procissão solene, enriquecida, também, por inúmeros figurantes, que percorre várias ruas da cidade, regressando novamente à Capela. _____

Considerando que as atividades próprias às festividades religiosas das Festas Antoninas são custeadas pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Tiago de Antas, _____

Considerando que é da competência da Câmara Municipal apoiar entidades ou organismos legalmente existentes com vista à realização de eventos de interesse para o município, bem como apoiar atividades de natureza cultural e recreativa de interesse para o município, e atento o regime fixado nas alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios deste Município, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1) Atribuir à FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL SÃO TIAGO DE ANTAS, NIF n.º 501 188 100, o subsídio de 4.000,00Eur (Quatro mil euros) para apoio aos custos com a realização das cerimónias religiosas das Festas Antoninas de 2017; _____

2) Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de subsídio, em anexo ao processo; ____

3) Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido protocolo; _____

4) Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3443/2017, efetuados com base no cabimento 3206/2017.” _____

_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

ORDENAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA: _____

1 - “DESPACHOS PROFERIDOS NO ÂMBITO DA GESTÃO URBANÍSTICA ENTRE OS DIAS 16 DE ABRIL A 16 DE MAIO DE 2017” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Informa-se o executivo camarário que, entre os dias 16 de abril a 16 de maio de 2017, ao abrigo das competências próprias e delegadas, foram proferidos os despachos constantes da listagem anexa, no total de 227, nas condições, pareceres e informações técnicas dos serviços.” _____

_____ A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO DA PRESENTE INFORMAÇÃO. _____

2 - “DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL À IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que a requerente Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave, NIPC 500 746 656, com sede na Rua 25 de Abril, apartado 16, freguesia da Riba D’Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da sua atividade inserida no setor social e da saúde, viu-se confrontada com a necessidade de criar um centro de investigação, diagnóstico, formação e acompanhamento de demências. _____

Considerando por isso que apresentou um pedido de licenciamento para a construção de um conjunto de edifícios que compõe o centro de investigação, diagnóstico, formação e acompanhamento de demências (Processo Urbanístico número LOE 366/2016), sito na Rua Conde de Riba d'Ave, freguesia de Riba D'Ave, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 124/19881124, e inscrito na matriz urbana sob o artigo 238 e na matriz rústica 401, com a área total de 43.513,00 m², conforme planta anexa ao processo; _____

Considerando que o prédio acabado de identificar está classificado de acordo com a planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal como Espaço Residencial e Espaço Florestal de Produção, conforme informação técnica da Divisão de Ordenamento do Território e Projeto Urbano datada de 22 de março de 2017, prestada no processo urbanístico; _____

Considerando que apesar da existência, nos últimos anos, de várias ações políticas e de cidadania que abordam esta problemática, nomeadamente a Declaração Escrita 80/2008, do Parlamento Europeu (apelando ao reconhecimento da doença de Alzheimer como prioridade da saúde pública), a Resolução da Assembleia da República 133/2010 (que recomenda o reconhecimento das demências como uma prioridade nacional e a criação de um Programa Nacional para as Demências) e a Resolução 134/2010 (no mesmo sentido e que apela à adoção de medidas de apoio adequadas aos doentes e suas famílias); _____

Considerando a inexistência de um processo ativo e generalizado para a deteção precoce da doença, assim como a insuficiência de programas de apoio terapêutico, conduzem à necessidade de desenvolvimento de mecanismos de cooperação, com vista ao progresso da investigação sobre as causas, prevenção e tratamento; à simplificação dos procedimentos para as pessoas com demência e cuidadores; e à promoção do papel das associações, dotando-as de um apoio regular; _____

Considerando a débil resposta social nesta área, a SCMRA (Santa Casa da Misericórdia de Riba D`Ave), de forma multidisciplinar e inovadora, pretende desenvolver um projeto que visa a intervenção diferenciada e ajustada às especificidades dos diferentes estádios do processo demencial: o CIDIFAD (Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento de Demências); _____

Considerando que o objetivo é melhorar, não só a qualidade da investigação nos diferentes processos e estádios demenciais, como também proporcionar melhor informação aos profissionais de saúde, aos cuidadores, aos familiares e à própria comunidade, requisitos e práticas necessárias à promoção da qualidade de vida das pessoas com demência; _____

Considerando o parecer favorável do Ministério da Saúde, datado de 19 de abril de 2016; Considerando o teor da informação prestada pela Divisão de Ordenamento do Território e Projeto Urbano, datada de 2 de maio de 2017, que a seguir se transcreve: _____

INFORMAÇÃO TÉCNICA _____

1. Em resposta à informação técnica da DOTPU, o requerente apresenta o estudo de tráfego que conclui que a rede viária, na situação atual, apresenta boas condições de circulação e que estas se irão manter no futuro, já que o tráfego gerado pelo CIDIFAD não irá causar restrições na área de influência direta do empreendimento. De acordo com a contagem de movimentos, o entroncamento da Avenida Narciso Ferreira com a Av. Das Tílias, é o único local da zona de estudo onde, na situação atual, se registam níveis de serviço D, que de acordo com o HCM significa atrasos que podem ser significativos em hora de pico. No entanto, o estudo indica que para o ano horizonte de 2028 os níveis de serviço permanecem inalteráveis para todos os movimentos, verificando-se que nos movimentos com níveis de serviço D, os tempos de atraso permanecem iguais. _____

2. Por outro lado, o estudo indica que a zona do CIDIFAD é servido por transporte público, existindo 5 pontos de paragem a uma distância de 1 Km do empreendimento, estando dois pontos de paragem a menos de 200 m. _____

3. Atendendo ao resultado do estudo de tráfego, julga-se não ser necessário a realização de um Plano de Mobilidade e Transportes. _____

4. O requerente esclarece ainda que, o sobreiro que colide com a implantação de um dos edifícios será transplantado. _____

5. Relativamente ao ponto 9 da informação técnica dos serviços de ordenamento urbano, o requerente deverá fazer prova da existência de acordo quanto à faixa de gestão de combustível com o proprietário do terreno adjacente ao Espaço Florestal.” _____

Considerando o teor da informação prestada pelos Serviços de Avaliação Arquitetónica e Urbana, datada de 8 de maio de 2017, que a seguir se transcreve: _____

“INFORMAÇÃO TÉCNICA _____

1. Na sequência da informação datada de 02/02/2017 com despacho de 24/03/2017, a requerente vem juntar novos elementos, nomeadamente perfis mais completos e novas plantas com representação de um espaço/edifício de recolha e armazenamento temporário de resíduos do complexo e prestar esclarecimentos sobre a tipologia da unidade. _____

2. A pretensão refere-se a um pedido de licenciamento para um complexo destinado à instalação de um Centro de Investigação Diagnóstico, Formação e Acompanhamento de Demências. _____

3. O processo contempla o parecer favorável da ANPC e favorável condicionado da ARS Norte. _____

4. O projeto deve garantir o acesso, circulação e utilização dos espaços e equipamentos a pessoas com mobilidade condicionada (alínea c), n.º 2, do DL.n.º163/06 de 08 de Agosto,

de acordo com as normas técnicas constantes do referido diploma. Assim deve ser apresentado plano de acessibilidades. _____

5. Deve ser comunicada a informação técnica à requerente. _____

6. Deverá aguardar-se pelo parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.), parecer da Divisão de Mobilidade, Vias e trânsito, aditamento em resposta ao parecer da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos e autorização a emitir pelo ICNF.” _____

Considerando o teor da informação prestada pela Gestora de Procedimento, datada de 9 de maio de 2017, que a seguir se transcreve: _____

“INFORMAÇÃO TÉCNICA _____

1. Na sequência da informação com despacho de 24/03/2017, o requerente apresenta novos elementos necessários à instrução do processo e esclarece que a pretensão enquadra-se na tipologia das Unidades com Internamento (unidades privadas que tenham por objeto a prestação de serviços de saúde e que disponham de internamento). _____

2. A pretensão refere-se a um pedido de licenciamento para um complexo destinado à instalação de um Centro de Investigação Diagnóstico, Formação e Acompanhamento de Demências, ao abrigo da alínea c) do ponto 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com redação atualizada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE). _____

3. Foi prestado parecer dos Serviços de Ordenamento Urbano, cujo teor deverá ser comunicado à requerente a fim de lhe dar cumprimento, nomeadamente ao referido no ponto 5. _____

4. Após análise dos Serviços de Avaliação Arquitetónica e Urbana, verifica-se que é necessário apresentar os elementos solicitados. _____

5. Foi anexado o parecer da Divisão de Mobilidade, Vias e Trânsito, a qual informa que face às dúvidas surgidas relativamente à natureza da linha de água existente no terreno, sugerem que se colha o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.). _____
Assim, entende-se que deverá ser seguido o procedimento indicado, devendo solicitar-se o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.). _____
6. A requerente vem informar que o sobreiro que é afetado com a implantação do edifício de alojamento temporário será transplantado. _____
Deverá ser apresentada a autorização a emitir pelo ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, nos termos do art.º 3 do Decreto-Lei nº 169/2001 de 25 de maio, antes da emissão do alvará de construção. _____
7. O processo contempla os seguintes pareceres: _____
- a. Parecer favorável da ANPC-Autoridade Nacional de Proteção Civil, pág. 292; _____
 - b. Parecer favorável condicionado da ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., pág. 293; _____
 - c. Parecer do Ministério da Saúde, pág. 148, no qual é manifestado interesse na execução deste empreendimento e que o mesmo reúne todas as condições para integrar uma futura rede de respostas às pessoas com demência. _____
8. O processo já contempla os projetos de especialidades. _____
9. Aguarda-se o parecer solicitado à Divisão de Mobilidade, Vias e Trânsito através do GSE nº 14072/2017. _____
10. Deverá ser comunicado à requerente o parecer desfavorável da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos solicitado através do GSE nº 14071/2017, a fim de lhe dar cumprimento em futuro aditamento. _____
11. De acordo com o parecer da Divisão de Ordenamento Territorial e Projeto Urbano a viabilidade da pretensão depende da declaração da Assembleia Municipal que comprove

que o empreendimento tem interesse público municipal, para efeitos do art.º 37 do RPDM, pelo que se propõe que seja elaborada a proposta para reunião de Câmara Municipal. _

12. Deverá ser comunicada a presente informação à requerente a fim de lhe dar cumprimento, nomeadamente aos pontos: 3, 4, 6 e 10. _____

13. Deverá ser solicitado o parecer referido no ponto 5.” _____

Considerando a informação da Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, datado de 17 de maio de 2017, que a seguir se transcreve: _____

“Em face do descrito nas informações da Divisão de Ordenamento do Território e Projeto Urbano, Serviços de Avaliação Arquitetónica e Urbana, assim como da Gestora de Procedimento poderá ser submetida a apreciação da Câmara Municipal a emissão de declaração de relevante interesse público da pretensão da requerente, para efeitos do disposto no artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. _____

Deverá proceder-se em conformidade com a informação da Gestora de Procedimento.”

Considerando o teor do parecer da Senhora Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística, datado de 17 de maio de 2017, que a seguir se transcreve: _____

“Tendo em consideração o teor das informações técnicas, proponho que se submeta a apreciação da Câmara Municipal a emissão de declaração de relevante interesse público da pretensão da requerente, para efeitos do disposto no artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. _____

Deverá proceder-se em conformidade com os pontos 12 e 13 da informação da Gestora de Procedimento.” _____

Considerando que o regime de edificabilidade nos Espaços Florestais descrito no artigo 47.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, a pretensão da requerente poderá ser admitida neste tipo de espaço, desde que venha a ser considerada de relevante interesse público nos termos do artigo 37.º do RPDM; _____

Considerando que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, “aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes de ordenamento do território e do urbanismo”, nos termos da alínea r), do número 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____

Tenho a honra de propor que: _____

1 - A Câmara Municipal delibere reconhecer de relevante interesse público a pretensão da requerente, de ampliação da área de construção de um Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento de Demências, sito na Rua Conde de Riba de Ave, freguesia de Riba de Ave, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 37.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. _____

2 - Submeter a presente proposta à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto na alínea r), do número 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO DOIS. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

3 - “APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO DE REABILITAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO PEDU - COMPONENTE OT 6 PI 6.5 - PLANO DE AÇÃO PARA REGENERAÇÃO URBANA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) prevê, na prioridade de investimento 6.5 a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído. _____

Em abril de 2015 foi publicada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana para o centro urbano de Vila Nova de Famalicão. Esta Área de Reabilitação Urbana incide sobre a zona central da cidade, a qual possui equipamentos com interesse relevante em termos urbanísticos e arquitetónico-patrimonial. _____

Um desses equipamentos é o Mercado Municipal de Vila Nova de Famalicão. _____

Os Mercados Municipais são estruturas tradicionais de comércio retalhista de proximidade, presentes em praticamente todo o território nacional, estando a maior parte sobre gestão das Autarquias. _____

No entanto, verifica-se que estes equipamentos se encontram numa posição debilitada no sector do comércio devido a complexidades inerentes à expansão das cidades: por um lado verifica-se a desertificação das áreas centrais das cidades e consequente degradação da edificação e, ainda, um clima de insegurança, por outro, os novos polos de atração, como os hipermercados e os centros comerciais, com facilidade de acesso e estacionamento, diversidade de produtos e promoções, criam níveis de exigência crescentes nos consumidores, sobretudo nas faixas etárias mais jovens. É ainda de notar que o horário reduzido, o predomínio de empresas de cariz familiar, a falta de formação profissional e a ausência de promoção e animação nos mercados, conduzem a uma desvalorização destes formatos por parte do consumidor. _____

Contudo, os Mercados Municipais têm pontos positivos para os consumidores que valorizam a variedade dos produtos e a qualidade associada, a relação de confiança e

proximidade com os vendedores e o satisfatório equilíbrio qualidade/preço, são indicadores favoráveis presentes. _____

O sentido de oportunidade para dar um novo impulso aos Mercados Municipais tem-se verificado face à crescente saturação do formato hiper por parte dos consumidores, bem como da impessoalidade do atendimento nas grandes superfícies. Tal como a generalidade dos Mercados Municipais, também o de Vila Nova de Famalicão, pelas características e localização, pode tornar-se num ponto forte de referência na cidade, e na região, se for ao encontro de novos públicos e se adquirir melhores condições de funcionamento. _____

Este equipamento tem que ser encarado como um “espaço – âncora” para a revitalização de centro urbano e para a modernização da atividade comercial circundante, sendo necessária, para a concretização destes pressupostos, a implementação de lógicas de mudança aos níveis comercial, funcional, dos serviços complementares e da administração e gestão. _____

Inaugurado em 21 de Setembro de 1952, a construção do Mercado Municipal de Vila Nova de Famalicão depois de um período áureo, apresenta-se hoje como um espaço obsoleto e sem uma dinâmica capaz de atrair novos e diversificados consumidores. ____

Pretende-se desenvolver uma reabilitação física integral que sirva de modelo na atuação, sobretudo, ao edificado da Área de Reabilitação Urbana do centro urbano de Vila Nova de Famalicão, na qual o Mercado Municipal se insere. _____

Após a elaboração do Diagnóstico, que permitiu esboçar as linhas orientadoras perante as debilidades e potencialidades, conclui-se que o papel estratégico que este equipamento pode desempenhar é bastante abrangente e relacional. A missão a levar a cabo afirma o Mercado Municipal como um lugar de trocas congregador da diversidade do concelho: trocas económicas, sociais e de saberes. O Mercado torna-se assim num espaço de: ____

Encontro – acolhe rituais de encontro dos famalicenses e atrai fluxos de visitantes, alavancando o novo sistema de espaços públicos envolventes. _____

Negócio – suporta o posicionamento coletivo de negócios alimentares e complementares, como bandeira do comércio de proximidade do centro urbano. _____

Escola - incentiva aprendizagens abertas e transversais sobre como produzimos, distribuímos e consumimos. _____

É nesta perspetiva holística que se pretende atuar e alavancar a promoção da produção local desenvolvendo uma lógica de economia circular produção/consumo. Cada vez mais o consumo local e a autossuficiência em géneros alimentares são incutidos como forma de valorização e preservação da biodiversidade. _____

Num primeiro passo, a par com estudos em desenvolvimento a escalas e âmbitos diversos, propõe-se a reabilitação física do Mercado Municipal. _____

Neste sentido, procedeu-se à elaboração dos estudos e projetos, encontrando-se o projeto em fase de Anteprojeto, o qual se pretende candidatar ao AVISO Nº NORTE-16-2016-17, do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

Aprovar o Anteprojeto de arquitetura e respetivas especialidades para a reabilitação do Mercado Municipal de Vila Nova de Famalicão, bem como o mapa de medições e respetiva calendarização física e financeira da empreitada.” _____

_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

4 - “APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO DE REABILITAÇÃO DO TEATRO NARCISO FERREIRA, NO ÂMBITO DO PEDU - COMPONENTE OT 6 PI 6.5 - PLANO DE AÇÃO PARA REGENERAÇÃO URBANA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) prevê, na prioridade de investimento 6.5 a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído. _____

Em outubro de 2015 foi publicada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) para o centro de Riba d’Ave e para o centro de Oliveira São Mateus. Esta ARU incide sobre espaço industriais, equipamento e bairros de operários relevantes indissociáveis no contexto histórico e económico do concelho. _____

A reflexão subjacente à delimitação definiu a integração de grande parte da área do centro de Riba de Ave e do centro de Oliveira São Mateus, assente nos seguintes critérios: Centralidade, face à preponderância da área no sistema urbano do concelho, o seu nível nesta hierarquia e a natureza multifuncional da área (existência de comércio, serviços e equipamentos coletivos); Valor, tendo em conta a presença de ativos culturais e simbólicos que fazem parte da história e da identidade local, assim como a existência de elementos patrimoniais relevantes e o valor paisagístico dos lugares foram fundamentais para a identificação destas áreas; Degradação e desadequação, pois identificaram-se sinais de degradação ambiental, do edificado e espaço público, o que levou a diagnosticar este tecido como “territórios em perda”. Por outro lado, também se considerou a existência de infraestruturas com níveis de desempenho deficientes ou desadequadas às novas solicitações, numa ótica de sustentabilidade; e ainda face à Perspetiva de Projetos Estruturantes e investimento (público e privado). _____

Conscientes que este tipo de território se reabilita operando de forma integrada a várias escalas e temáticas, os equipamentos com interesse relevante arquitetónico-patrimonial revelam-se uma prioridade face a irreversibilidade que o passar do tempo imprime para a sua degradação. _____

Da rede de equipamentos faz parte o Teatro Narciso Ferreira, que marcou a região como Cine-Teatro. O processo de edificação de Cine-Teatros em Portugal, decorrido entre as décadas de 1930 e 1960, acompanha o percurso da arquitetura portuguesa do século XX. Construídos no período de vigência do Estado Novo, os Cine-Teatros são obras de promoção privada que conciliam os princípios programáticos dos espetáculos de cinema e teatro num edifício único e assumem-se como um grande equipamento cultural das localidades onde se inserem. _____

Construído em 1944, o Teatro Narciso Ferreira foi pensado para ser salão recreativo dos operários mas é como Cine-Teatro que a maioria dos habitantes se recorda dele. A sua linguagem, à semelhança do que se fazia no Porto, na década de 40, revela alguns princípios modernistas depreendidos na grande racionalidade volumétrica e funcional e num certo abstracionismo geométrico do alçado, marcado a sul por uma torre, onde figura o patrono - Narciso Ferreira. _____

Atualmente o edifício encontra-se em estado de ruína, pretendendo-se com esta ação reabilitar integralmente o edifício. _____

O Teatro Narciso Ferreira procurará fortalecer a identidade e o papel de Riba d'Ave no panorama cultural municipal e regional. _____

Esta intervenção contempla, também, o desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à valorização do espaço cultural e à mobilização da comunidade local. _____

Neste sentido, procedeu-se à elaboração dos estudos e projetos, encontrando-se o projeto em fase de Anteprojeto, o qual se pretende candidatar ao AVISO Nº NORTE-16-2016-17, do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

Aprovar o Anteprojeto de arquitetura e respetivas especialidades para a reabilitação do Teatro Narciso Ferreira, bem como o mapa de medições e respetiva calendarização física e financeira da empreitada.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

5 - “APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO DA REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL - ETAPA 1 (INTRAURBANA) FASE 1, NO ÂMBITO DO PEDU - COMPONENTE OT 4 PI 4.5 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) prevê, na prioridade de investimento 4.5 a promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, que passam pela promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e pela adoção de medidas de adaptação relevantes para a atenuação dos gases com efeito de estufa. _____

Deste modo, “todas as operações a implementar no âmbito desta prioridade de investimento têm de demonstrar resultados na redução de emissões de carbono e outras, (i.e. contribuir para a melhoria da qualidade do ar), bem como, (quando aplicável) na

diminuição de consumos energéticos e do ruído e estar enquadradas por plano de mobilidade urbana sustentável”. _____

Neste sentido, foi elaborado o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) que, além de elaborar o diagnóstico da situação de partida do território concelhio, traçou a estratégia de atuação de âmbito municipal de forma articulada com a estrutura de redes e equipamentos. _____

Também na sequência da estratégia levada a cabo em 2012 pelo Município que resultou no Estudo prospetivo para a Implementação de uma Rede de Ciclovias na Cidade de Vila Nova de Famalicão e cujo objetivo central passou pela elaboração de um projeto que previa a criação e a melhoria da infraestrutura adequada ao desenvolvimento intraurbano dos designados modos suaves de transportes, se constata uma aposta clara do Município na concretização de políticas de mobilidade sustentável. _____

Ora, tendo o PMUS a tipologia que permite o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), verifica-se uma convergência para a oportunidade de concretização da estratégia de implementação de uma rede pedonal e ciclável. ____

Face ao exposto, através da intervenção designada por MOB.02 Rede Urbana Pedonal e Ciclável - Etapa 1 (intraurbana) Fase 1, que integra o Plano, persegue-se os seguintes objetivos: _____

- Promover a utilização de modos de locomoção saudáveis e sustentáveis, designadamente o ciclável e pedonal em complementaridade com os sistemas de transporte público coletivo (rodoviário e ferroviário); _____
- Reduzir os problemas de congestionamento na cidade, em especial junto aos equipamentos escolares e aos principais locais de concentração de equipamentos,

comércio e serviços, pelo aumento dos utilizadores dos modos suaves (pedonal e ciclável); _____

- Potenciar o uso da bicicleta nas deslocações casa-escola; _____

- Incrementar a mobilidade na população jovem, dando-lhe condições para fazer as suas deslocações casa-escola-casa com maior independência relativamente ao transporte individual motorizado, permitindo resolver problemas de congestionamento no núcleo central da cidade e à porta das escolas; _____

- Incrementar uma alternativa de transporte mais saudável; _____

Esta Rede contempla os seguintes eixos cicláveis: _____

- Ciclovia da Estação [entre a Estação Ferroviária e a Rot. da Variante Nascente (Av. do Brasil), inclui a ciclovia de ligação ao Parque da Devesa (Porta CITEVE), a adaptação da Av. 25 de abril (entre a Estação e o Parque 1.º Maio) e do Espaço Público Envolvente ao Parque 1.º Maio]; _____

- Ciclovia das Escolas [entre o Parque 1.º de Maio e a Av. de França (Rot. das Piscinas)];

- Ciclovia Verde [entre Av. 25 de Abril (no entroncamento com a Rua António Sérgio) e a Rua Daniel Rodrigues]. _____

Além da rede ciclável proposta nesta intervenção, pretende-se dotar o espaço pedonal de maior conforto e segurança para o peão. _____

Esta intervenção prevê, também, ações da promoção pública para o uso da bicicleta ("Famalicão Ciclável") e andar a pé, procurando diminuir a pressão do transporte individual no centro urbano. _____

Neste sentido, procedeu-se à elaboração dos estudos e projetos necessários, encontrando-se o projeto em fase de Anteprojeto, o qual se pretende candidatar ao AVISO Nº NORTE-06-2016-19, do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

Aprovar o Anteprojeto de arquitetura e respectivas especialidades para a implementação da Rede Urbana Pedonal e Ciclável - Etapa 1 (intraurbana) Fase 1, bem como o mapa de medições e respetiva calendarização física e financeira da empreitada.” _____

_____**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

6 - “APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO DA REDE URBANA PEDONAL E CICLÁVEL - ETAPA 2 (ANTENAS) FASE 1, NO ÂMBITO DO PEDU - COMPONENTE OT 4 PI 4.5 - PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) prevê, na prioridade de investimento 4.5 a promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável. _____

As intervenções de promoção da mobilidade urbana sustentável, que se pretendem desenvolver, estão ancoradas em estratégias de baixo teor de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, e, como tal, focadas nas medidas dirigidas ao sistema de mobilidade com o objetivo da redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como da diminuição da intensidade energética. _____

A pertinência de alternativas à mobilidade urbana pode medir-se tendo em conta a população residente e de trabalho, em determinados centros, e os meios de transporte

utilizados. A identificação de necessidades pode contribuir para a promoção de soluções alternativas à mobilidade quotidiana. _____

Funcionando, desde a sua existência, como infraestrutura de comunicação entre os diversos aglomerados existentes e que se estruturam ao longo da N206, e o centro da cidade, a antiga linha de caminho-de-ferro - o Ramal de Famalicão -, desenvolve-se em praticamente toda a sua extensão paralela à N206 entre Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Varzim. Este facto permite o aproveitamento das suas características para a criação de uma via dedicada à circulação pedonal e ciclável, funcionando como canal de ligação entre os núcleos urbanos adjacentes e o centro da cidade. Integrando a Rede Ciclável, esta via articula-se com a rede intraurbana na Rua Daniel Rodrigues, permitindo assim, a ligação ao centro da cidade e, principalmente, à interface da estação ferroviária através das ciclovias Central e Verde. _____

Esta atuação está associada à prossecução dos seguintes objetivos específicos: _____

-Promover a visão estratégica concelhia na afirmação de um "território verde multifuncional" e assumindo a cidade o seu papel na promoção da mobilidade sustentável e na utilização de "transportes verdes" (pedonal e ciclável) de emissão zero de GEE; ____

-Promover a utilização de modos de locomoção saudáveis e sustentáveis, designadamente o ciclável nas deslocações para o centro da cidade; _____

-Promover a intermodalidade do transporte ciclável, em especial com os sistemas de transporte público coletivo rodoviário e ferroviário; _____

-Reduzir o tráfego automóvel e os congestionamentos no centro da cidade, resultantes dos deslocamentos motorizados com origem no exterior do núcleo central da cidade e respetivos atravessamentos associados; _____

-Aumentar os níveis de segurança nas deslocações em modos suaves (ciclável e pedonal) realizadas entre os aglomerados a noroeste do concelho e o centro urbano, pela utilização

de vias exclusivas (pedonal e ciclável) em alternativa à utilização das vias estruturantes rodoviárias (ER 206 e Av. 9 de Julho), com valores de tráfego consideráveis, em especial de pesados de mercadorias, e por isso com elevados índices de insegurança; _____

-Promover a mobilidade suave no corredor urbano-industrial-agrícola das margens N 206-204 entre Outiz, Cavalões e Gondifelos, dada a forte valência residência-emprego deste eixo de expansão da cidade; _____

-Promover o acesso dessas freguesias às atividades - equipamentos, comércio e serviços em geral - existentes no centro da cidade de Famalicão através dos modos suaves, o que terá impacte significativo no nível de tráfego automóvel interurbano, reduzindo os impactes ambientais e contribuindo para poupanças energéticas; _____

-Promover a utilização do comboio como modo de transporte estruturante na mobilidade pendular através da sua interface como um meio individual - a bicicleta -, o que está perfeitamente ao alcance das distâncias em causa nesse corredor. _____

Esta intervenção também prevê ações da promoção pública para o uso da bicicleta no âmbito do programa municipal "Famalicão Ciclável" e que visa, no essencial, diminuir a dependência dos cidadãos do transporte individual motorizado. _____

Com base nos pressupostos supra enunciados, procedeu-se à elaboração dos estudos e projetos necessários, encontrando-se o projeto em fase de Anteprojecto, o qual se pretende candidatar ao AVISO Nº NORTE-06-2016-19, do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

Aprovar o Anteprojecto de arquitetura e respetivas especialidades para a implementação da Rede Urbana Pedonal e Ciclável - Etapa 2 (antenas) Fase 1, bem como o mapa de medições e respetiva calendarização física e financeira da empreitada.” _____

_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

7 - “APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, DAS HABITAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO BAIRRO DA CAL, NO ÂMBITO DO PEDU - COMPONENTE OT 9 PI 9.8 - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO COMUNIDADES DESFAVORECIDAS” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) prevê, na prioridade de investimento 9.8 a adoção de medidas para a concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. _____

Integra o PEDU o Plano de Ação para a Integração das Comunidades Desfavorecidas (PAICD), cujas operações de regeneração física, económica e social a realizar, pretendem incidir sobre zonas críticas do território municipal. _____

A área territorial selecionada, corresponde a uma área inframunicipal que abrange a União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário e na qual se localiza o Bairro Social da Cal. _____

Este Bairro, cuja titularidade é do Município, em regime de arrendamento, é constituído por conjuntos de habitação em banda separados entre si por arruamentos estreitos, dos quais apenas alguns possibilitam de forma segura a circulação automóvel. A configuração do bairro apoia-se na Rua José Elísio Gonçalves Cerejeira, sendo este o único acesso viário. A envolvente próxima caracteriza-se pela presença de uma zona florestal, uma unidade industrial e um pequeno aglomerado de habitações. _____

A construção deste Bairro Social teve início em 1986 e realizou-se em três (3) fases distintas. Ao longo do tempo têm-se realizado intervenções de manutenção pontual, verificando-se a falta de resolução de problemas infraestruturais os quais têm contribuído para a degradação acentuada quer do edificado, quer do espaço público. _____

Atualmente, o Bairro apresenta-se muito desqualificado, apresentando todas as habitações um índice de conservação bastante baixo, algumas das quais estão devolutas e outras sobrelotadas. _____

Com o presente projeto de intervenção alvo pretende-se: _____

- Reforçar a integração do Bairro na estrutura urbana de proximidade, procurando estabelecer, de uma forma mais segura e eficaz, a conexão com os espaços urbanos adjacentes. _____

- Os espaços exteriores comuns, quer o arruamento de acesso, quer os arruamentos internos estão degradados, pelo que se propõe a sua reformulação de forma a tornar a apropriação do espaço mais segura e participada pela comunidade. _____

- Reabilitar as habitações adotando uma política de eficiência energética através da prática de medidas passivas. Estas medidas têm em vista um incremento de conforto térmico através da utilização mais racional do fator energético. _____

- Reabilitar as infraestruturas públicas de água e eletricidade. _____

Além da reabilitação física é fundamental desenvolver o Programa de Comunicação “GOSTO DE VIVER AQUI” que permita o envolvimento e participação da comunidade na construção do bem comum e gestão participada, assente numa lógica de corresponsabilização. _____

Neste sentido, procedeu-se à elaboração dos estudos e projetos, encontrando-se o projeto em fase de Anteprojeto, o qual se pretende candidatar ao AVISO N° NORTE-43-2016-18, do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

Aprovar o Anteprojeto de arquitetura e respetivas especialidades para a Reabilitação do Espaço Público, das Habitações e Equipamentos do Bairro da Cal, bem como o mapa de medições e respetiva calendarização física e financeira da empreitada.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ *-AUSENTOU-SE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL POR IMPEDIMENTO LEGAL.* _____

-NA AUSÊNCIA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE RICARDO MENDES, ASSUME A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR VEREADOR JOSÉ SANTOS. _____

_____ **JURÍDICO E CONTENCIOSO:** _____

1 - “ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS VALE DO AVE - AMAVE, TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DE 2017” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“No ano de 1987, alguns municípios do Vale do Ave constituíram uma Associação de Municípios, de modo a poder desenvolver iniciativas e projetos intermunicipais, nos termos do Decreto-Lei n.º 266/81, de 15 de setembro, e legislação complementar, que de forma isolada não era possível concretizar tendo nascido, assim, a Associação de Municípios da Terra Verde, constituída pelos municípios de Fafe, Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Varzim, a que mais tarde se juntaram os municípios de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Vila do Conde. Esta associação

funcionou entre 1987 a 1991, ano a partir do qual, com a publicação do Decreto-Lei n.º 412/89, de 29 de novembro, surgiu a AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave, e que tem por objeto, designadamente, tratamento automático da informação; planeamento territorial, política de habitação e de transportes públicos; saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de lixo e proteção do ambiente; desenvolvimento sócio – cultural e desenvolvimento económico; representação coletiva dos Municípios e quaisquer outras iniciativas de interesse intermunicipal, _____

Termos em que proponho: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere a aprovação da transferência financeira de 33.403,23€ (trinta e três mil quatrocentos e três euros e vinte e três cêntimos) para a Associação de Municípios do Vale do Ave, NIPC 502 622 482, relativa aos custos de funcionamento e pessoal no 2.º trimestre de 2017. _____

2 - Que a verba em causa seja paga de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3437/2017, efetuados com base no cabimento 3201/2017.” _____

_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DE 2017” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“A Comunidade Intermunicipal do Ave é uma associação de municípios de direito público com fins múltiplos criada em 14 de Abril de 2009 que tem por finalidade promover a gestão de projetos intermunicipais na NUT III AVE, compreende um total de oito municípios, com uma área de 1453 km² e uma população de 425 411 habitantes (censos de 2011), correspondendo a uma densidade populacional de 293 hab./Km²; a NUT III Ave tem um papel histórico fundamental na formação da identidade portuguesa e abrange territórios de três bacias hidrográficas (Douro, Ave e Cávado) e dois distritos (Braga e Vila Real); a CIM do Ave tem desempenhado, dentro do quadro legal em vigor, um papel de fomento do desenvolvimento e articulação entre os municípios em matéria de planeamento, desenvolvimento de políticas sectoriais e aproveitamento de fundos comunitários,_____

Termos em que proponho: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere a aprovação da transferência financeira de 19.379,07€ (dezanove mil trezentos e setenta e nove euros e sete cêntimos) para a Comunidade Intermunicipal do Ave relativa a custos de funcionamento do 2.º trimestre de 2017;_____

2 - Que a verba em causa seja paga de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3436/2017, efetuados com base no cabimento 3200/2017.” _____

_____**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-RETOMOU A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

3 - “PAGAMENTO DE JUSTA INDEMNIZAÇÃO PELO INGRESSO NO DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA “BENEFICIAÇÃO DO C.M. 1490/1490 - 1 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA E FREGUESIA DE VALE SÃO MARTINHO”

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve:

“Considerando que:

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 17 de julho de 2015, adjudicar a empreitada denominada “Beneficiação do C. M. 1490 / 1490 – 1 – União das Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela e Freguesia de Vale São Martinho” à sociedade Dacop - Construções e Obras Públicas, S. A., tendo sido celebrado o respetivo contrato de empreitada no dia 10 de setembro de 2015, o qual veio a ser visado pelo Tribunal de Contas no mês seguinte;

O C. M. 1490/1 apresentava um traçado irregular, pelo que no decurso da execução da obra verificou-se a possibilidade de proceder a correções no seu traçado, para que o tráfego rodoviário se faça com maior fluidez e em melhores condições de segurança, permitindo aliviar e descongestionar o trânsito na localidade;

Atenta a importância desta via para a população local, foram encetadas diligências junto dos proprietários visando a aquisição das parcelas pela via amigável, o que se conseguiu alcançar;

Para concretização do referido alargamento a proprietária do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 332, sito na Avenida 13 de Maio, n.º 113, Freguesia de Vale São Martinho, Maria de Lurdes Vidal da Silva, NIF 158 962 010, casada com António Maria Oliveira da Costa, onde residem, concorda em ceder gratuitamente ao Município uma parcela de terreno com a área de 350,00 m², a desanexar do prédio atrás identificado, mediante o pagamento de justa indemnização destinada a ressarcir o prejuízo que lhe adveio da demolição e reconstrução de edificações existentes no seu prédio, tal como reformulação do acesso ao prédio e demolição e construção de um novo telheiro; trabalhos que se encontram orçamentados no montante de 7.200,00€ (sete mil e duzentos euros), valor que se computa como razoável, atenta a informação técnica de 10 de maio de 2017, do Senhor Chefe da Divisão de Vias e Trânsito, que se anexa ao processo; _____

Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea ee), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, criar, construir e gerir redes de circulação; ____

Nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal tem competência para aceitar doações. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere aceitar, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência ao domínio público rodoviário municipal da parcela de terreno, com a área de 350,00 m², melhor identificada na planta em anexo a esta proposta, necessária à execução das obras de alargamento do C. M. 1490 /1490 - 1, sita na Freguesia de Vale São Martinho. _____

2 - Autorizar o pagamento de 7.200,00 € (sete mil e duzentos euros) à proprietária Maria de Lurdes Vidal da Silva, NIF 158 962 010, a título de justa indemnização destinada a

ressarcir o prejuízo e os encargos que para a cedente advierem da demolição e reconstrução de edificações existentes no seu prédio.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3435/2017, efetuados com base no cabimento 3199/2017.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

PATRIMÓNIO: _____

1 - “PAGAMENTO DE PRÉMIO DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS GRUPO-BOMBEIROS” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município contratou com a Companhia “Seguradoras Unidas, S.A.”, através do concurso público internacional 01/16/DAJ, o seguro de Acidentes Pessoais Grupo-Bombeiros, no qual foi contratualizado um prémio anual de 25.544,79€ para um universo de 644 bombeiros Voluntários das Corporações do concelho. _____

O Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro, instituiu a nova Retribuição Mensal Mínima Garantida (RMMG) no valor de 557,00€, o que afetou a atualização dos capitais seguros na apólice porquanto a Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho, no seu artigo 3º fixa os riscos e capital contratados para os bombeiros; _____

Paralelamente, o n.º 2 do artigo 3º fixa que o citado seguro de acidentes pessoais é contratado por quantias não inferiores a: _____

a) Morte e invalidez permanente - indemnização igual a 250 vezes a retribuição mínima mensal garantida mais elevada; _____

b) Incapacidade temporária parcial ou total - até 0,15 vezes a retribuição mínima mensal garantida mais elevada, por dia; _____

c) Despesas de tratamento e medicamentos - até ao montante equivalente a 100 vezes a retribuição mínima mensal garantida mais elevada; _____

Assim, o aumento da RMMG influencia o montante do prémio anual a pagar pela Câmara Municipal naquela relação contratual; _____

Salienta-se ainda que o pagamento dos prémios agora solicitados visa garantir a continuidade da proteção dos Bombeiros (especialmente agora que se aproxima a época crítica de incêndios) e ainda que com este pagamento nenhum prejuízo resulte para o Município posto que há sempre a possibilidade de no vencimento da apólice haver acertos a favor do Município; _____

O valor total a cobrar pelo aumento da RMMG de 01 de janeiro a 31 de outubro do corrente ano é de 959,21€, sendo que deste montante global 388,10€ correspondem ao período de 01 de janeiro a 30 de abril e o restante valor (571,11€) é agregado aos dois continuados em falta até ao vencimento da apólice; _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

Autorizar a realização da respetiva despesa, no montante global de 959,21€ (novecentos e cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimo), isento de IVA, ao abrigo do disposto na al. b) do nº 1 do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 451/2017, efetuados com base no cabimento 3198/2017.” _____

_____DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “PERMUTA DE PRÉDIOS URBANOS, SITOS NA FREGUESIA DE DELÃES, DESTE CONCELHO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 14 de setembro de 1998, aprovar a celebração de um acordo com a Administração Regional de Saúde do Norte para a construção do Centro de Saúde de Delães, o qual veio a ser outorgado em 01 de fevereiro de 2000, conforme cópia anexa à presente Proposta; _____

Nesse acordo ficou estabelecido que a Administração Regional de Saúde do Norte se comprometia a ceder as instalações e o terreno onde se encontrava o Centro de Saúde sito na freguesia de Delães, logo que devolutas e como contrapartida o Município cedia o terreno necessário para a construção de raiz do novo Centro de Saúde de Delães, assim como assumia os encargos com a elaboração do projeto de construção do mesmo e dotava o terreno das infraestruturas indispensáveis exteriores (saneamento, água, eletricidade e telefone); _____

O Município nesse pressuposto adquiriu o prédio urbano com a área de 2.523,00m², sito no Lugar da Quinta das Lameiras ou Lameiras, freguesia de Delães, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 819 - Delães e inscrito na matriz sob o artigo 1356 urbano, e o prédio urbano com a área de 1.521,00m², sito no Lugar de Lameiras ou Portela, Rua do Pavilhão, freguesia de

Delães, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 823 – Delães, e inscrito na matriz sob o artigo 1635 urbano;__

O acordo celebrado compreende então a permuta dos prédios que o Município adquiriu, supra melhor identificados, com o prédio urbano propriedade de Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., com a área de 1.408,00m², sito no Lugar de Portela, freguesia de Delães, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 874 - Delães, e inscrito na matriz sob o artigo 1626 urbano; __

Os prédios foram avaliados por despacho do Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, de 23 de fevereiro de 2016, tendo sido homologados os seguintes valores: ao prédio com descrição n.º 819 - Delães o valor de 156.000,00€, ao prédio com descrição 823 - Delães o valor de 94.000,00€, o que perfaz o valor total de 250.000,00€, e ao prédio com descrição n.º 874 - Delães o valor de 215.000,00€; _____

Embora exista uma diferença de valores, no montante de 35.000,00€, em benefício do Município, face à morosidade deste processo e urgência na realização da permuta, até porque o novo Centro de Saúde Delães já se encontra a funcionar, de forma a não atrasar mais a formalização deste negócio, o Município prescinde de receber tal diferença, concordando que a permuta se realize por igualdade de valores, fixando-se em 250.000,00€; _____

Nos termos da alínea g) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal tem competência para adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a remuneração mensal mínima garantida; _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere autorizar a permuta dos seguintes prédios, ambos propriedade do Município de Vila Nova de Famalicão: A) Prédio urbano com a área de 2.523,00m², sito no Lugar da Quinta das Lameiras ou Lameiras, freguesia de Delães,

deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 819 – Delães e inscrito na matriz sob o artigo 1356 urbano; B) Prédio urbano com a área de 1.521,00m², sito no Lugar de Lameiras ou Portela, Rua do Pavilhão, freguesia de Delães, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 823 – Delães, e inscrito na matriz sob o artigo 1635 urbano, pelo seguinte prédio: C) Prédio urbano com a área de 1.408,00m², sito no Lugar de Portela, freguesia de Delães, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 874 – Delães, e inscrito na matriz sob o artigo 1626 urbano, propriedade da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P..

2 - Os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob os números 823 - Delães e 819 - Delães destinam-se à instalação e funcionamento do Centro de Saúde de Delães, enquanto que o prédio descrito sob o número 874 - Delães destina-se a integrar o domínio privado do Município. _____

3 - Conferir poderes ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a escritura de permuta e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

TRÂNSITO E VIAS: _____

1 - “ATRIBUIÇÃO DE APOIO NÃO FINANCEIRO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA, SANTA EULÁLIA) E SEZURES –

PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OUTEIRO, RUA DAS LAGES, RUA DE FERRÃO, RUA DR. ALCINO PINTO, RUA DANIEL COSTA FERREIRA E RUA DO CURRO”

Do Senhor Vereador José Santos cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; _____

Considerando que, em 5 de janeiro de 2016, foi publicado, em Diário da República, o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, após deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro e da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2015; _

Considerando que o citado diploma regulamentar entrou em vigor a 20 de janeiro de 2016 e prevê, no seu Livro III, na alínea a), do seu artigo 55.º, a possibilidade de atribuição de apoio não financeiro às freguesias para infraestruturas diversas, consubstanciando-se este apoio através do fornecimento de recursos materiais, bens, produtos e afins; _____

Considerando que às Juntas de Freguesia, no âmbito das suas competências, tal como definido na alínea ii), do n.º1, do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cumpre administrar e conservar património da Freguesia; _____

Considerando que a União de Freguesias de Arnoso (Santa Maria, Santa Eulália) e Sezures solicitou um apoio não financeiro para a pavimentação da rua do Outeiro, rua das Lages, rua de Ferrão, rua Dr. Alcino Pinto, rua Daniel Costa Ferreira e rua do Curro, vias vicinais; _____

Considerando que o pedido apresentado pela União de Freguesias de Arnoso (Santa Maria, Santa Eulália) e Sezures enquadra-se nos critérios gerais de atribuição de apoios, previstos no n.º 1 do artigo 73.º do diploma regulamentar citado; _____

Considerando que o mencionado apoio se realiza através da cedência de material através do fornecimento de 150 toneladas de betuminoso a quente, sendo o valor estimado para este material de aproximadamente 6.060,00 euros + IVA; _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Conceder à União de Freguesias de Arnoso (Santa Maria, Santa Eulália) e Sezures, com o NIF 510 834 655, um apoio não financeiro para a pavimentação na rua do Outeiro, rua das Lages, rua de Ferrão, rua Dr. Alcino Pinto, rua Daniel Costa Ferreira e rua do Curro, sob a forma do fornecimento de 150 toneladas de betuminoso a quente, existentes em stock desta autarquia, cujo valor estimado é de 6.060,00 euros + IVA, a formalizar mediante a celebração de um contrato de cooperação, cuja minuta se anexa e faz parte integrante desta proposta; _____

2. Aprovar a minuta do contrato de cooperação, anexo à presente proposta. _____

3. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o citado contrato de cooperação.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

OBRAS MUNICIPAIS: _____

1 - “AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DA ESCOLA E.B. 1 CONDE S. COSME (SEDE Nº 1) – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE V. N. DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA” _____

Do Senhor Vereador José Santos cujo teor se transcreve: _____

“Tendo sido elaborado o relatório final de análise de propostas referente ao concurso público da empreitada “Ampliação e remodelação da escola E. B. 1 Conde S. Cosme (Sede n.º1) - União das Freguesias de V. N. de Famalicão e Calendário”, de acordo com o artigo 148º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, faz-se a sua apresentação em anexo ao processo. _____

Para o ano de 2017 estão previstos trabalhos no valor de 208.000,00 euros (duzentos e oito mil euros) com IVA incluído à taxa legal em vigor. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o relatório final de análise de propostas do concurso público da empreitada “Ampliação e remodelação da escola E. B. 1 Conde S. Cosme (Sede nº 1) - União das Freguesias de V. N. de Famalicão e Calendário”. _____

2. A consequente adjudicação da empreitada referida à firma Famaconcret, Lda., com o NIF 506 429 008, ao abrigo do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, pelo valor de 760.639,09 euros (setecentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e nove euros e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, que está previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017, com o projeto de ação n.º 27/2017.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3450/2017, efetuados com base no cabimento 445/2017.” _____

DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA E.B. DE RUIVÃES - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA” _____

Do Senhor Vereador José Santos cujo teor se transcreve: _____

“Tendo sido elaborado o relatório final de análise de propostas referente ao concurso público da empreitada “Reabilitação e ampliação da escola E. B. de Ruivães”, de acordo com o artigo 148º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, faz-se a sua apresentação em anexo ao processo. _____

Para o ano de 2017 estão previstos trabalhos no valor de 322.000,00 euros (trezentos e vinte e dois mil euros) com IVA incluído à taxa legal em vigor. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o relatório final de análise de propostas do concurso público da empreitada “Reabilitação e ampliação da escola E. B. de Ruivães”. _____

2. A consequente adjudicação da empreitada referida à firma Ribeiro da Silva & Cª, Lda., com o NIF 500 232 350, ao abrigo do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, pelo valor de 775.232,59 euros (setecentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, que está previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017, com o projeto de ação n.º 33/2015.”

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3451/2017, efetuados com base no cabimento 782/2017.” _____

_____ DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: _____

1 - “ADESÃO AO PROGRAMA CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS DA UNICEF”

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“Uma estratégia que defina a educação como a principal prioridade de desenvolvimento do território beneficiará muito os seus munícipes, principais agentes de desenvolvimento. As autarquias, aquelas que têm como seus principais propósitos serem, verdadeiramente, territórios educadores, devem empenhar-se em promover uma educação que facilite, conjugue e leve à complementaridade de todas as potenciais “educações” (informal, formal e não formal), para beneficiar os seus cidadãos e para potenciar o desenvolvimento do seu espaço territorial. _____

Tal propósito está plasmado na elaboração dos nossos programas e projetos educativos, construídos de forma participada, numa perspetiva de educação ao longo da vida, fomentando a aprendizagem e desenvolvimento dos cidadãos, em todos os lugares e contextos da vida da cidade, convocando toda a comunidade para o processo de ensino-aprendizagem e fomentando um pensamento crítico constante, capaz de encontrar soluções para os problemas existentes, não se conformando com preconceitos e mitos segregadores, que excluem alguns cidadãos e os condenam ao insucesso. _____

Na lógica de que “para educar uma criança é necessária toda uma aldeia”, esperamos e trabalhamos, diariamente, no sentido de motivar e mobilizar todos os agentes educativos

para o empenho na tarefa de tornar, cada vez mais, Vila Nova de Famalicão um “Município Educador”. _____

No seguimento do “Manifesto pelas Cidades”, de 2012, os parceiros da Campanha Urbana Mundial, coordenada pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), sugerem que uma cidade deverá ser, entre outros princípios, socialmente inclusiva e equitativa. _____

O diálogo próximo e permanente entre os governantes e os cidadãos tem vindo a revelar-se crucial na adoção de políticas públicas integradas e adaptadas às necessidades das populações, que valorizam e reconhecem também as suas competências e saberes. ____

Vários são os municípios portugueses que têm envolvido os cidadãos no processo de desenvolvimento dos territórios e têm demonstrado a importância da participação e partilha de responsabilidades na construção de cidades mais democráticas, coesas e integradas. _____

Assim, e dado o impacto que as políticas públicas locais têm na qualidade de vida e no bem-estar de todos os cidadãos, em especial das crianças, o Programa Cidades Amigas das Crianças constitui uma oportunidade para os municípios desenvolverem estratégias para pôr em prática os direitos dos cidadãos mais jovens no seu território, de forma articulada e concertada. _____

Uma Cidade Amiga das Crianças valoriza e estimula a participação de todas as crianças no município e o trabalho em rede entre sectores municipais e instituições do concelho, assente numa abordagem integrada e multisectorial. _____

O Programa Cidades Amigas das Crianças, relançado pelo Comité Português para a UNICEF em 2015, tem como propósito promover a aplicação dos direitos das crianças nas vilas e cidades portuguesas. _____

Este programa insere-se na iniciativa internacional Cidades Amigas das Crianças, liderada pela UNICEF desde o ano 2000, na qual colaboram governos nacionais, administrações locais, organizações não-governamentais e outras entidades. _____

Uma Cidade Amiga das Crianças respeita e aplica nas suas políticas, normas e programas os direitos das crianças, consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança, promove o bem-estar de todos os cidadãos e em particular das crianças, reforça a perspectiva de direitos da criança na cultura organizacional dos Municípios e das entidades com responsabilidades em áreas relacionadas com as crianças, promove a participação das crianças na vida da comunidade e fomenta a ação concertada entre todos os atores com impacto na vida das crianças, incluindo sectores municipais, entidades públicas e privadas. _____

A 29 de março de 2017, o Município apresentou um pedido formal à UNICEF para adesão ao Programa Cidades Amigas das Crianças, ao qual mereceu parecer positivo. _____

Assim, pelo exposto, e ao abrigo da alínea aaa), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Autorizar a adesão ao Programa Cidades Amigas das Crianças, da UNICEF. _____
2. Aprovar a minuta de Protocolo, anexa à presente Proposta, entre o Município de Vila Nova de Famalicão e o Comité Português para a UNICEF. _____
3. Conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, em nome do Município, outorgar o referido Protocolo.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

EMPREENDEDORISMO:

1 - “APROVAÇÃO DE PROJETO E RESPETIVO APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, À SOCIEDADE MIMOS COM ARTE SPA, UNIPessoal LDA.” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“Por deliberação de 5 de dezembro de 2014, a Assembleia Municipal aprovou o Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, ficando aí estabelecidas as regras e as condições que regem a classificação de iniciativas de investimento em Projetos 2IN e a concessão de apoio ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

Ao abrigo desse Regulamento a sociedade Mimos Com Arte Spa, Unipessoal Lda., Pessoa Coletiva número 514 242 795, com sede na Rua Padre Zeferino José Sampaio, 467, união de freguesias de Calendário e V. N. de Famalicão, solicitou apoio financeiro e técnico para a realização de um investimento, através da aquisição, ampliação de um imóvel e de aquisição de equipamentos, localizado na Rua Padre Zeferino José Sampaio, 467, união de freguesias de Calendário e V. N. de Famalicão, no montante de 300,000,00€ com a criação de 5 postos de trabalho. _____

Os serviços da Divisão Municipal de Planeamento Estratégico e Empreendedorismo analisaram previamente o pedido e emitiram um parecer técnico favorável, que se anexa e faz parte integrante desta proposta. _____

Considerando o disposto nos artigos 11.º e 12.º do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal. _____

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, normas que atribuem à Assembleia Municipal a competência para deliberar em matéria de exercício de poderes tributários, designadamente o poder de conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aprovar a concessão de um apoio financeiro ao investimento a realizar pela Mimos Com Arte Spa, Unipessoal Lda., Pessoa Coletiva número 514 242 795, com sede na Rua Padre Zeferino José Sampaio, 467, União de Freguesias de Calendário e V. N. de Famalicão, deste concelho, no montante de 300.000,00€, com a criação de 5 postos de trabalho, nos seguintes termos: _____

a) Redução de 48% de taxas municipais de licenciamento das operações urbanísticas a realizar por esta empresa no âmbito deste projeto correspondendo ao montante estimado de 818,35 euros. _____

b) Redução de 48% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para um período de 5 anos, cuja estimativa calculada é de 365,15 euros. _____

c) Apoio procedimental traduzido no acompanhamento por um gestor de projeto 2IN dos processos de licenciamento e outros a decorrer na Câmara Municipal. _____

2 - Aprovar a minuta de Contrato de Concessão de Apoios ao Investimento que se anexa e faz parte integrante desta proposta. _____

3 - Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o respetivo contrato. _____

4 - Submeter o assunto a deliberação da Assembleia Municipal, por força do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” _____

_____ DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO QUATRO. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “APROVAÇÃO DE PROJETO E RESPETIVO APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, À SOCIEDADE JOSÉ SILVA & SILVA - PRODUTOS ALIMENTARES, LDA.” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“Por deliberação de 5 de dezembro de 2014, a Assembleia Municipal aprovou o Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, ficando aí estabelecidas as regras e as condições que regem a classificação de iniciativas de investimento em Projetos 2IN e a concessão de apoio ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

Ao abrigo desse Regulamento a sociedade José Silva & Silva - Produtos Alimentares, Lda., Pessoa Coletiva número 503551490, com sede na Rua D. Afonso Henriques, Lote n.º 5, freguesia de Esmeriz, solicitou apoio financeiro e técnico para a realização de um investimento, através da construção de um imóvel e através da aquisição de equipamentos, localizado na Rua do Azevinheiro, freguesia de Gavião, no montante de 1,300,000,00€ com a criação de 25 postos de trabalho. _____

Os serviços da Divisão Municipal de Planeamento Estratégico e Empreendedorismo analisaram previamente o pedido e emitiram um parecer técnico favorável, que se anexa e faz parte integrante desta proposta. _____

Considerando o disposto nos artigos 11.º e 12.º do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal. _____

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, normas que atribuem à Assembleia Municipal a competência para deliberar em matéria de exercício de poderes tributários, designadamente o poder de conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aprovar a concessão de um apoio financeiro ao investimento a realizar pela empresa José Silva & Silva - Produtos Alimentares, Lda., Pessoa Coletiva número 503 551 490, com sede na rua D. Afonso Henriques, Lote n.º 5, freguesia de Esmeriz, deste concelho, no montante de 1.300.000,00€, com a criação de 25 postos de trabalho, nos seguintes termos: _____

a) Redução de 50% de taxas municipais de licenciamento das operações urbanísticas a realizar por esta empresa no âmbito deste projeto correspondendo ao montante estimado de 7.573,14 euros. _____

b) Apoio procedimental traduzido no acompanhamento por um gestor de projeto 2IN do processo de licenciamento e outros a decorrer na Câmara Municipal. _____

2 - Aprovar a minuta de Contrato de Concessão de Apoios ao Investimento que se anexa e faz parte integrante desta proposta. _____

3 - Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o respetivo contrato. _____

4 - Submeter o assunto a deliberação da Assembleia Municipal, por força do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO QUATRO. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

 3 - “APROVAÇÃO DE PROJETO E RESPECTIVO APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, À SOCIEDADE MELO SOUSA SERRALHARIA - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“Por deliberação de 5 de dezembro de 2014, a Assembleia Municipal aprovou o Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, designado por Projetos 2IN, ficando aí estabelecidas as regras e as condições que regem a classificação de iniciativas de investimento em Projetos 2IN e a concessão de apoio ao investimento no concelho de Vila Nova de Famalicão. _____

Ao abrigo desse Regulamento a sociedade Melo Sousa Serralharia - Sociedade Unipessoal, Lda., Pessoa Coletiva número 505057387, com sede na Rua das Caleiras, 465, freguesia de Bairro, solicitou apoio financeiro e técnico para a realização de um investimento, através da construção de um imóvel e de aquisição de equipamentos,

localizado no lugar de Segade, união das freguesias de Carreira e Bente, no montante de 1.287,513,82€ com a criação de 8 postos de trabalho. _____

Os serviços da Divisão Municipal de Planeamento Estratégico e Empreendedorismo analisaram previamente o pedido e emitiram um parecer técnico favorável, que se anexa e faz parte integrante desta proposta. _____

Considerando o disposto nos artigos 11.º e 12.º do Regulamento de Projetos de Investimento de Interesse Municipal. _____

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, normas que atribuem à Assembleia Municipal a competência para deliberar em matéria de exercício de poderes tributários, designadamente o poder de conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Aprovar a concessão de um apoio financeiro ao investimento a realizar pela Melo Sousa Serralharia - Sociedade Unipessoal, Lda., Pessoa Coletiva número 505 057 387, com sede na rua das Caleiras, 465, freguesia de Bairro, deste concelho, no montante de 1.287.513, 82€, com a criação de 8 postos de trabalho, nos seguintes termos: _____

a) Redução de 67% de taxas municipais de licenciamento das operações urbanísticas a realizar por esta empresa no âmbito deste projeto correspondendo ao montante estimado de 6.849,90 euros. _____

b) Redução de 67% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para um período de 5 anos, cuja estimativa calculada é de 7.366,10 euros. _____

c) Apoio procedimental traduzido no acompanhamento por um gestor de projeto 2IN do processo de licenciamento e outros a decorrer na Câmara Municipal. _____

2 - Aprovar a minuta de Contrato de Concessão de Apoios ao Investimento que se anexa e faz parte integrante desta proposta. _____

3 - Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o respetivo contrato. _____

4 - Submeter o assunto a deliberação da Assembleia Municipal, por força do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO QUATRO. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-AUSENTOU-SE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL POR IMPEDIMENTO LEGAL. _____

-NA AUSÊNCIA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE RICARDO MENDES, ASSUME A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR VEREADOR JOSÉ SANTOS. _____

 4 - “APOIO FINANCEIRO À ADRAVE - PROJETO “EXPORT FOOD SUDOE” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que a ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Ave, S.A. pretende implementar no concelho de Vila Nova de Famalicão o Projeto denominado “EXPORT FOOD SUDOE”, iniciativa que tem por objetivo melhorar a competitividade e promover a internacionalização das PME do setor agroalimentar do Espaço SUDOE

mediante a realização de ações de cooperação entre empresas, principalmente através da criação de consórcios de exportação ou acordos de cooperação empresarial transnacional. Considerando que as ações de formação, assessoria e apoio técnico e comercial, previstas no Projeto, pretendem ajudar as PME a superar os principais obstáculos para a sua internacionalização, designadamente a sua dimensão reduzida, a sua debilidade estrutural ou a falta de recursos, visando incrementar as suas exportações e melhorar o seu posicionamento internacional a longo prazo. _____

Considerando que o projeto beneficiará diretamente, pelo menos, 100 empresas, que participarão nas atividades de informação, formação e assessoria para melhorar o seu posicionamento internacional, incluindo a elaboração dos respetivos planos estratégicos de internacionalização. _____

Considerando que os resultados do projeto serão mais visíveis no caso das empresas que avancem nos processos de cooperação empresarial. Prevê-se que, pelo menos, 50 empresas possam estar em condições de explorar a oportunidade de criar consórcios de exportação, e isso permitirá alcançar o objetivo de constituir, no mínimo, 5 consórcios de exportação, com a participação de, pelo menos, 20 empresas. _____

São parceiros do Projeto a Câmara Oficial de Comercio, Industria y Navegación de Sevilla - Espanha, a Chambre de Commerce et d'industrie de Limoges et de la Haute-Vienne - França, a Chambre de Commerce et d'Industrie du Gers - França, a Asociación de Investigación de Industrias Cárnicas del Principado de Astúrias - Espanha e a ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave - Portugal. _____

O Projeto visa atingir os seguintes destinatários: PME com escassa ou sem experiência internacional, PME com interesse recente em mercados estrangeiros, empresas proactivas e abertas a novas iniciativas, com experiência prévia em cooperação empresarial e empresas do setor agroalimentar. _____

As principais ações a realizar são as seguintes: _____

Ação 1 - Identificação das empresas e preparação para a cooperação empresarial: _____

- Lançamento de um convite/concurso às Empresas; _____
- Evento Local de divulgação/ação de sensibilização e formação para a internacionalização e cooperação; _____
- Seleção das empresas a participar no projeto; _____
- Elaboração de um Plano Estratégico de Internacionalização por cada Empresa. _____

Ação 2 – Encontros Empresariais e Participação em Feiras: _____

- Realização de um Encontro em cada região Parceira, facilitador de ações de match-making entre empresas, e que inclui, paralelamente, mostra de produtos locais; _____
- Participação em Feiras; _____
- Assistência Técnica. _____

Ação 3 – Ações de Apoio à Criação de Consórcios: _____

- Seleção das Empresas; _____
- Apoio técnico e jurídico à criação de consórcios de cooperação empresarial; _____
- Sessões de sensibilização, informação e formação; _____
- Apoio técnico e comercial; _____
- Planos de marketing do consórcio; _____
- Análise dos obstáculos e das oportunidades à cooperação empresarial transnacional e publicação dos resultados. _____

Ação 4 – Apoio à internacionalização dos consórcios: _____

- Participação organizada dos consórcios/empresas nas principais feiras agroalimentares (Feiras nacionais e internacionais); _____
- Apoio técnico e comercial; _____

- Assessoria de Peritos na introdução comercial de produtos agroalimentares em mercados estratégicos. _____

Considerando que o orçamento total do Projeto EXPORT FOOD SUDOE para a ADRAVE é de 179.100 euros, sendo 75% (134.325,00 €) cofinanciado pelo programa Espaço Sudoe - Interreg. _____

Considerando que os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, sendo da competência da Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal - cfr. alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e ff) do n.º 1 do artigo 33.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Atribuir um apoio financeiro à ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Ave, S.A., pessoa coletiva número 504 636 103, no montante de 22.387,50 euros, no âmbito da implementação do Projeto denominado “EXPORT FOOD SUDOE”; _____

2 - Que sejam conferidos poderes ao Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido protocolo de cooperação financeira cuja minuta se anexa e que aqui se dá por reproduzida na íntegra para efeitos da sua aprovação pela Câmara Municipal; _____

3 - Que esta verba seja paga em 2 (duas) transferências anuais (2017 e 2018) de igual valor, 11.193,75 euros (onze mil, cento e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos) cada, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis; _____

4 - Submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação do compromisso financeiro Plurianual (2017 e 2018), no montante total de 22.387,50 euros (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos).”

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3438/2017, efetuados com base no cabimento 3202/2017.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR. _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO QUATRO. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-RETOMOU A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

FAMÍLIA: _____

1 - “MEDIDAS E AÇÕES DESTINADAS A PROMOVER A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS” _____

Da Senhora Vereador Sofia Fernandes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município de Vila Nova de Famalicão dispõe de instrumentos que visam incrementar uma política efetiva de Igualdade entre mulheres e homens, nomeadamente o Plano Municipal de Igualdade; _____

Este instrumento traz para a agenda diária do Município a temática da igualdade e da não discriminação, e resulta do protocolo de cooperação que a autarquia celebrou com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, e através do qual foi instituído o Dia Municipal para a Igualdade e a figura da Conselheira e do Conselheiro Local para a Igualdade; _____

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, de 25 de maio, os conselheiros e as conselheiras locais visam potenciar e enquadrar políticas e práticas de integração progressiva da dimensão de género. Em poucas palavras, poder-se-ia dizer que são elementos dinamizadores das políticas locais para a igualdade que têm por atribuição acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais, para a cidadania e a igualdade de género, funcionando como interlocutores/as privilegiados/as entre a sociedade civil e a Administração, ora como um poder moderador, ora como provedores/as sendo que, neste momento, desempenham essas funções a Professora Universitária, Maria Manuela Martins, e o Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos, Quintino Ferreira Pinto; _____

Depois da elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e da nomeação do conselheiro e da conselheira local para a Igualdade, a Câmara Municipal encontra-se em condições de iniciar um novo ciclo de consolidação de ideias, projetos e iniciativas internas e externas nomeadamente através da recolha junto dos serviços de todas as atividades e políticas já em prática neste domínio; _____

A primeira passa pela difusão junto de todos os serviços do Município, Freguesias, Escolas e outras instituições famalicenses do desdobrável “Linguagem Inclusiva”, do qual se anexa um exemplar e para cujo conteúdo se remete, que pretende assegurar a adoção/ utilização de uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género; _____

Em simultâneo, e em colaboração com a Presidência, recorrer-se-á à difusão em painéis do Município de mensagem / frase visando consciencializar para a necessidade de todos/as no dia-a-dia serem sensíveis à questão da igualdade de género e, através desta, a práticas de não discriminação assim respeitando princípios constitucionais; _____

A ideia chave da campanha será desenvolvida em torno dum conceito que recorrendo aos sujeitos do tempo verbal introduza a igualdade: “eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas”; _

Ao mesmo tempo, em junho de 2017 será efetuada a apresentação do Mural para a Igualdade, iniciativa desenvolvida pelo Pelouro da Família em estreita colaboração com o Grupo Dinamizador para a Igualdade e que teve como objetivo promover a discussão e reflexão sobre a temática junto das instituições que se inscreveram, as quais irão ser reconhecidas na sua ação e participação com a entrega de um elemento escultórico trabalhado pela Fundação Castro Alves, de Bairro, e a vencedora com um prémio pecuniário no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros); _____

Nos termos da alínea q), n.º 1, art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2913, de 12 de setembro, à Câmara Municipal incumbe assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios da ação do Município, designadamente através de adoção de planos municipais para a Igualdade e, correlativamente, prosseguimento e implementação das medidas nele previstas, _____

Termos em que tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere proceder à difusão, através dos Pelouros e dos/das Dirigentes das Unidades Orgânicas, a quem incumbirá em especial a tarefa de sensibilização dos serviços e colaboradores/as, pelos serviços do Município, pelas Freguesias, Escolas e outras instituições famalicenses do desdobrável “Linguagem Inclusiva”, do qual se anexa um exemplar e para cujo conteúdo se remete, que pretende sensibilizar para a utilização de novas formas de comunicação no dia-a-dia; _____

2 - Que o órgão executivo delibere ainda promover uma campanha de sensibilização da opinião pública através da inserção de mensagens para a igualdade em espaços de difusão de informação municipal, vulgo “outdoors”, a qual será desenvolvida em complemento à distribuição do desdobrável mencionado no número anterior; _____

3 - Que mais seja deliberado atribuir um prémio pecuniário no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros) à instituição vencedora da iniciativa “Mural para a Igualdade”, assim como prémio de participação traduzido numa peça escultórica da Fundação Castro Alves às cinco instituições que se inscreveram na iniciativa; _____

4 - Que seja ainda deliberado solicitar que todos os serviços, até 8 de setembro, remetam ao Pelouro da Família e à Conselheira e ao Conselheiro Local para a Igualdade, um levantamento de todas as políticas, ações e práticas já existentes que contribuem para a Igualdade no Município e apresentem sugestões de programas ou iniciativas a realizar no ano de 2018. _____

5 - Que a Câmara Municipal tome conhecimento da nomeação da Professora Universitária, Maria Manuela Martins, e do Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos, Quintino Ferreira Pinto, para o desempenho das funções de Conselheira e Conselheiro Local para a Igualdade.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3540/2017, efetuados com base no cabimento 3282/2017.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

DESPORTO: _____

1 - “ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE DESPORTO MOTORIZADO III ESPECIAL DE RIBA DE AVE - 2017” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Vila Nova de Famalicão é um concelho onde o desporto motorizado representa um contexto de grande dinâmica. Há longos anos que oferece organizações competitivas, como é exemplo o Rally de Famalicão, que decorreu desde 1986 e durante duas décadas quase ininterruptamente, existindo, ainda, registos anteriores, da década de 30 e de 70.

Diversas outras provas se realizam frequentemente, noutras vertentes como motocross, supercross, todo-o-terreno, e mais recentemente a Super Especial Famalicão e Especial de Riba de Ave. _____

Somos um concelho reconhecidamente entusiasta pelos desportos motorizados que reúne inúmeros Famalicenses inscritos na Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting e na Federação de Motociclismo de Portugal, seja como pilotos ou navegadores, nas diversas modalidades e escalões competitivos do desporto motorizado. _____

Em 2015, foi introduzido no cartaz desportivo municipal um novo evento de desporto motorizado. Trata-se da Super Especial de Riba de Ave, prova que decorreu nas ruas da Freguesia de Riba de Ave. _____

Esta prova, além das suas características competitivas e organizativas, tem a virtude de atrair a participação de dezenas de pilotos Famalicenses, sendo um dos principais motivos do sucesso local desta iniciativa. _____

Para o corrente ano de 2017 estão reunidas as condições para a organização de mais uma prova de automobilismo, através do estabelecimento de parceria entre o Clube de Eventos Motorizados - AVEMOTOR, enquanto entidade promotora, a Associação Team Baia, enquanto entidade técnica responsável e o Município de Vila Nova de Famalicão, enquanto parceiro organizador, cabendo-lhe a participação ao nível da colaboração logística, de segurança e policiamento, divulgação/comunicação e licenciamentos. ____

A prova, denominada III Especial de Riba de Ave, prevista para o dia 3 de junho, está devidamente licenciada pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting. ____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a entidades e organismos com vista ao incremento de atividades de reconhecido interesse para o Município, (alíneas a), do n.º 2, do artigo 69.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir ao Clube de Eventos Motorizados - AVEMOTOR, NIPC 513 786 627, um apoio financeiro no montante de 2.000,00€ (dois mil euros), tendo em vista o apoio à organização da III Especial de Riba de Ave. _____

2. Autorizar, no âmbito da parceria estabelecida, a realização de despesa até ao montante global de 5.899,66 € (cinco mil oitocentos e noventa e nove euros e sessenta e seis cêntimos), distribuído da seguinte forma: 2.158,00 € (dois mil cento e cinquenta e oito euros) para policiamento; 191,88 € (cento e noventa e um euros e oitenta e oito cêntimos) para divulgação e 3.549,78 € (três mil quinhentos e quarenta e nove euros e setenta e oito cêntimos) para locação de bens. _____

3. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo ao processo. _____

4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____

5. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção dos compromissos n.ºs 3439 e 3440/2017, efetuados com base no cabimento 3203/2017.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA.

2 - “ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADE DESPORTIVA - 5ª DESCIDA MAIS LOUCA DE FAMALICÃO - 2017”

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve:

“Diversão, originalidade e adrenalina fazem parte da Descida Mais Louca de Famalicão 2017, um dos eventos mais carismáticos organizados no nosso concelho. Consiste numa corrida de carros artesanais e implica dos participantes a dose certa de aventura, coragem e algum humor.

Depois do enorme sucesso que foi a 4ª edição, com a inclusão da super especial noturna, este ano, os espectadores serão brindados novamente com um espetáculo de luz e som ao longo da Alameda Caminhos de Santiago.

A edição deste ano volta a ter uma vertente solidária apoiando, à semelhança da última edição, a Operação Nariz Vermelho que tem como missão levar a alegria aos hospitais e às unidades pediátricas de todo o país. O dinheiro angariado reverte na totalidade para a Operação Nariz Vermelho.

Assim, para o corrente ano de 2017 estão reunidas as condições para a organização de mais uma edição desta iniciativa, através do estabelecimento de parceria entre a ARCA - Associação Recreativa e Cultural de Antas enquanto entidade promotora e o Município de Vila Nova de Famalicão enquanto parceiro organizador, cabendo-lhe a participação ao nível da colaboração logística, de segurança e policiamento, divulgação e licenciamentos.

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a entidades e organismos com vista ao incremento de atividades de reconhecido interesse para o Município, (alíneas a), do nº 2, do artigo 69.º do citado Código Regulamentar, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. No âmbito da organização da atividade desportiva “5ª Descida Mais Louca de Famalicão 2017”, autorizar o estabelecimento de parceria organizativa entre o Município de Vila Nova de Famalicão e a Associação Recreativa e Cultural de Antas, cabendo ao primeiro a cooperação em matéria logística, de comunicação, de segurança e policiamento e ao segundo parceiro, a competência e organização técnica, competitiva e de segurança; _____

2. Autorizar, no âmbito da parceria estabelecida, a realização de despesa até ao montante global de 3.752,98 € (três mil setecentos e cinquenta e dois euros e noventa e oito centimos), distribuído da seguinte forma: 3.013,50 € (três mil e treze euros e cinquenta centimos) para locação de bens, 400,00 € (quatrocentos euros) para troféus e 339,48 € (trezentos e trinta e nove euros e quarenta e oito centimos) para divulgação.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3441/2017, efetuados com base no cabimento 3204/2017.” _____

_____**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS:

1 - “REDUÇÃO EXCECIONAL DA TARIFA DE ÁGUA A VÁRIOS MUNÍCIPES DO CONCELHO” _____

Do Senhor Vereador Pedro Sena cujo teor se transcreve: _____

“Nos termos do n.º 6 do artigo 36º do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, a Câmara Municipal, em caso de comprovada debilidade económica dos consumidores de tipo doméstico, poderá excecionalmente e mediante requerimento dos interessados, autorizar a redução do valor de uma ou mais tarifas. _____

Assim, e para o efeito, a Divisão de Solidariedade Social endereçou vários pedidos à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, a requerer a redução excecional da tarifa de água, a vários munícipes, por se tratarem de situações de carência económica, conforme se comprova pelas informações sociais prestadas e cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido. _____

Os munícipes indicados pela Divisão de Solidariedade Social, para ser concedida a redução excecional da tarifa de água são identificados abaixo, pelo Número de Identificação Fiscal (NIF), e respetivo Código de Identificação de Local (CIL) de abastecimento de água. _____

- Ao portador do NIF: 185 016 359, com o CIL nº 25914, sito na União de Freguesias de Antas e Abade Vermoim; _____

- Ao portador do NIF: 195 369 440, com o CIL nº 501703, sito na União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário; _____

- Ao portador do NIF: 123 007 585, com o CIL nº 109164, sito na União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário; _____

- Ao portador do NIF: 209 534 508, com o CIL nº 509040, sito na Freguesia de Ribeirão; _____

Todos os munícipes acima referidos têm a sua situação regularizada junto deste município, não possuindo qualquer dívida. _____

Face ao exposto, propõe-se que esta Câmara Municipal delibere: _____

1 - Autorizar a redução excecional da tarifa de água, pelo período único de um ano, podendo estas situações ser revistas e/ou revogadas no caso de alteração dos pressupostos, aos munícipes melhor identificados no corpo da presente proposta, de acordo com o previsto no Artigo 36º do Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais. _____

2 - Cobrar a estes munícipes a tarifa aplicada às instituições de solidariedade social.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-AUSENTOU-SE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL POR IMPEDIMENTO LEGAL. _____

-NA AUSÊNCIA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE RICARDO MENDES, ASSUME A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR VEREADOR JOSÉ SANTOS. _____

2 - “RENOVAÇÃO DA CAMPANHA DE RECOLHA DE MONSTROS - HOSPITAL DE MONSTROS” _____

Do Senhor Vereador Pedro Sena cujo teor se transcreve: _____

“O Projeto “Hospital de Monstros” iniciou-se em 2012 e surgiu da necessidade de apoiar os mais necessitados, com bens e serviços e mesmo promover os cursos de formação profissional que visam a criação de novos postos de trabalho. _____

Durante os anos em que o Projeto decorreu vários foram os “Monstros” recolhidos, evitando o seu depósito a céu aberto e eliminando assim vários focos de poluição. Também estes foram “salvos” no Hospital de Monstros e depois encaminhados para a Loja Social, onde foram atribuídos a diversas famílias carenciadas. Este projeto também serviu de impulsionador para outros que surgiram com o mesmo cariz social. _____

Foi um projeto que teve repercussões a nível nacional, tendo mesmo sido atribuídos vários prémios e louvores à Escola Profissional CIOR, pela causa que abraçou. _____

Como objetivos principais do Projeto pretende-se potenciar a recolha de monstros (eletrodomésticos, móveis, carpetes e tapetes, outros objetos de grande tamanho), de forma a minimizar o impacto destes no meio ambiente quando abandonados, converter os aparelhos elétricos e eletrónicos recolhidos, em aparelhos funcionais com destino a famílias carenciadas, aproveitar outros bens que possam estar em bom estado e também direcioná-los para famílias carenciadas e promover cursos de formação profissional na área de Instalações Elétricas. _____

Como parceiros neste projeto continuariam a estar presentes a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente o Departamento de Ambiente, Equipamento e Obras (DAEO), a Divisão de Solidariedade Social, Família e Séniores (DSSFS) e a Escola Profissional CIOR. _____

A recolha dos monstros manter-se-á a cargo do DAEO, a reparação dos “monstros” continuará também a cargo da Escola Profissional CIOR, nomeadamente através do Curso de Instalações Elétricas, e a distribuição dos bens reparados e funcionais mantém-se a cargo da DSSFS, através da Loja Social. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Autorizar a atribuição de um subsídio de 1.000€ (mil euros), à Cooperativa de Ensino de Vila Nova de Famalicão, CRL, Pessoa Coletiva n.º 504 511 734, ao abrigo das alíneas u) e v) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para despesas com a iniciativa;
 2. Aprovar a minuta do protocolo de cooperação, anexo à presente proposta; _____
 3. Que sejam concedidos poderes ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo de cooperação; _____
 4. Que o apoio previsto no n.º 1 será pago em prestações ou numa só vez, durante o ano de 2017, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____
- Informam os Serviços de Contabilidade: _____
- “Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 3444/2017, efetuados com base no cabimento 3207/2017.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ *-RETOMOU A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.* _____

3 - “AGENDA 21 LOCAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO 2017-2020” _____

Do Senhor Vereador Pedro Sena cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que a Agenda 21 Local é um plano de ação para a sustentabilidade de um município, desenvolvido pelo poder local em parceria com as forças vivas atuantes na comunidade e os cidadãos; _____

Considerando que o mandato para a sua implementação deriva diretamente da Agenda 21, documento aprovado em 1992 na Conferência do Rio por mais de 150 países; _____

Considerando que o capítulo 28 atribui ao poder local a responsabilidade de desenvolver uma plataforma de diálogo e criação de consensos para promover uma estratégia participada de sustentabilidade (Agenda 21 Local); _____

Considerando que a Agenda 21 Local constitui assim um processo técnico e político que pretende envolver toda a comunidade (instituições, grupos de interesse, cidadãos, etc.) na definição das estratégias de qualificação e desenvolvimento local; _____

Considerando que o Município de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da sua participação no Eixo Atlântico, integrou o projeto de implementação da Agenda 21 Local, de acordo com modelo territorial desenvolvido pela Agência de Ecologia Urbana; _____

Considerando que numa primeira fase, procedeu-se à elaboração do diagnóstico, tendo-se contado com a colaboração das diversas unidades orgânicas do município; e posteriormente, promoveu-se a 27 de setembro de 2016 uma oficina de diagnóstico e planeamento participado, envolvendo 55 agentes, e durante a qual se aprofundou e atualizou a avaliação territorial, e simultaneamente se perspetivaram as oportunidades e necessidades de atuação; _____

Considerando que a conceção e estabelecimento de uma Agenda 21 Local para Vila Nova de Famalicão encontrava-se já identificada como um Projeto Estruturante no plano estratégico 2014-2025 “Famalicão Visão’25”, posicionando-se em alinhamento com os seus desafios e valores, e promovendo a articulação com programas e projetos dos diversos setores. _____

Considerando que a presente proposta de diagnóstico e plano de ação da A21L prevê mecanismos de monitorização, avaliação e atualização, bem como as respetivas estruturas organizativas para a sua dinamização e seu acompanhamento; _____

Considerando que Comissão de Acompanhamento da A21L, a constituir, terá por primeira tarefa apreciar e discutir a proposta de “Diagnóstico e Plano de Ação”, dinamizar um processo participado de consulta e recolha de contributos, para concluir a sua aprovação formal, dando conhecimento à Câmara Municipal; _____

Considerando que os municípios dispõem de atribuições nos domínios do ambiente e promoção do desenvolvimento e ordenamento do território - Cfr. alíneas k), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar na generalidade a “Agenda 21 Local de Vila Nova de Famalicão 2017-2020 – Diagnóstico e Plano de Ação”, cujo documento se anexa e faz parte integrante desta proposta; _____

2. Conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o protocolo constituinte da Comissão de Acompanhamento da A21L-VNF, cuja minuta se anexa ao processo.” ____

_____**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE 2013, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

E não havendo mais nada a tratar, foi deliberado encerrar a reunião, eram dez horas e quarenta e três minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata. _____

E eu, Edite Maria Carvalho Dinis, Assistente Técnico, Licenciada, a redigi e assino juntamente com o Senhor Presidente. _____